

# TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

SEGUNDA-FEIRA  
31 DE MARÇO DE 2025



EDIÇÃO  
DIGITAL



## PUBLICIDADE LEGAL

☎ ( 4 1 ) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

Margem Companhia de Mineração							
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023							
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023							
(Em milhares de Reais)							
Ativos	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivos	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	287.472	53.511	Fornecedores	14	45.633	82.091
Instrumentos derivativos	25	37.982	-	Empréstimos e financiamentos	15	246.784	140.086
Contas a receber	9	44.029	81.026	Instrumentos derivativos	25	-	11.421
Estoques	10	51.863	87.052	Salários e encargos sociais		9.126	5.573
Impostos a recuperar	11	9.943	16.349	Impostos a recolher	16	29.962	38.704
Outras contas a receber		10.583	9.883	Adiantamentos de clientes		1.629	415
				Arrendamento mercantil	13	3.533	5.841
				Dividendos a pagar	18	7.343	-
				Outras contas a pagar	17	10.345	33.872
Total do ativo circulante		441.872	247.821	Total do passivo circulante		354.355	318.003
				Não circulante			
				Empréstimos e financiamentos	15	358.139	191.782
				Arrendamento mercantil	13	3.979	1.232
				Impostos a recolher	16	169.687	181.569
Impostos a recuperar	11	41.350	34.407	Outras contas a pagar	17	54	50
Outras contas a receber		4.862	4.861	Impostos diferidos	22	32.758	20.093
				Provisão para contingências	24	16.372	15.102
Total do realizável a longo prazo		46.212	39.268	Total do passivo não circulante		580.989	409.828
				Total do passivo		935.344	727.831
Direito de uso dos ativos	13	6.534	6.260				
Imobilizado	12	1.019.864	990.765	Patrimônio líquido	18		
Intangível		3.591	4.266	Capital social		421.419	421.419
				Ajuste de avaliação patrimonial		115.358	116.681
				Reserva legal		6.404	4.928
		1.029.989	1.001.291	Reservas de lucros		39.548	17.521
Total do ativo não circulante		1.076.201	1.040.559	Total patrimônio líquido		582.729	560.549
Total do ativo		1.518.073	1.288.380	Total do passivo e patrimônio líquido		1.518.073	1.288.380
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.							

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023						
(Em milhares de Reais)						
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	Nota	421.419	117.938	4.070	41.432	584.859
Lucro líquido do exercício		-	-	-	17.120	17.120
Constituição reserva legal		-	-	856	(856)	-
Distribuição dividendos		-	-	-	(41.432)	(41.432)
Realização do custo atribuído		-	(1.257)	-	1.257	-
Em 31 de dezembro de 2023		421.419	116.681	4.926	17.521	560.547
Lucro líquido do exercício		-	-	-	29.525	29.525
Constituição reserva legal	18.4	-	-	1.476	(1.476)	-
Dividendos propostos à distribuição	18.5	-	-	-	(7.343)	(7.343)
Realização do custo atribuído	18.3	-	(1.323)	-	1.323	-
Em 31 de dezembro de 2024		421.419	115.358	6.402	39.548	582.729
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.						

Demonstrações do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023			
(Em milhares de Reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	19	596.680	509.045
Custo das vendas	20	(395.701)	(353.276)
Lucro bruto		200.979	155.769
Despesas administrativas	20	(21.191)	(16.724)
Despesas comerciais	20	(73.486)	(64.842)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(590)	(279)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	20	(87)	(153)
Lucro operacional		105.625	73.771
Despesas financeiras	21	(113.698)	(66.620)
Receitas financeiras	21	52.841	18.859
Despesas financeiras, líquidas		(60.857)	(47.761)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		44.768	26.010
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	22.b	(2.578)	-
Imposto de renda e contribuição social (diferido)	22.b	(12.665)	(8.890)
Lucro líquido do período		29.525	17.120
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023			
(Em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		29.525	17.120
Valor residual de imobilizado baixado	12	4.003	1.834
Ativos Intangíveis		1.544	-
Provisão para contingências	24	1.270	2.400
Depreciação e exaustão	12	65.859	59.092
Amortização de ativos intangíveis		1.325	1.175
Depreciação dos ativos de direito de uso	13	6.168	5.574
Juros incorridos	15 e 13	31.336	23.540
Outras despesas financeiras	21	21.959	20.070
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	15	56.232	(7.746)
Variação dos contratos de instrumentos financeiros derivativos	25	(41.800)	22.981
Provisão para perdas de estoques	10	1.382	1.992
Provisão de perda esperada para crédito liquidação duvidosa	9	589	279
Despesas de imposto de renda e contribuição social		12.665	8.890
		192.057	157.201
Variação em			
Contas a receber de clientes		36.407	(37.480)
Estoques		33.821	(11.374)
Impostos a recuperar		(537)	(633)
Outros ativos		(703)	1.282
Fornecedores		(32.637)	3.067
Salários e encargos sociais		3.553	467
Impostos a recolher		(40.005)	5.083
Outras contas a pagar		(12.823)	(30.117)
Adiantamentos de clientes		3.124	103
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		182.257	87.599
Juros pagos	15	(30.882)	(22.329)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.578)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		148.797	65.270
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	12	(92.287)	(62.004)
Aquisição de ativo intangível		(650)	(4.540)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(92.937)	(66.544)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de dividendos	18	-	(41.432)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	25	(14.111)	(16.288)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	25	5.627	-
Empréstimos e financiamentos tomados	15	352.905	131.039
Pagamentos de arrendamento mercantil principal	13	(8.759)	(8.307)
Pagamentos de empréstimos	15	(157.561)	(65.351)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		178.101	(339)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		233.961	(1.613)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	53.511	55.124
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	287.472	53.511
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		233.961	(1.613)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstrações do resultado abrangente		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023		
(Em milhares de Reais)		
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período	29.525	17.120
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	29.525	17.120
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		

Margem Companhia de Mineração

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2024 e 2023

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social a fabricação de cimento e a extração de calcário, atuando predominantemente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Sua operação envolve o fornecimento desses insumos tanto para clientes externos quanto para sua controladora, Supremo Cimentos. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava capital circulante líquido positivo, com um excedente de ativos circulantes sobre passivos circulantes no montante de R\$ 94.860 (contra um capital circulante líquido negativo de R\$ 70.182 em 31 de dezembro de 2023). Esse aumento reflete principalmente a captação de novos empréstimos ao longo do ano, incluindo a emissão de uma debênture no valor de R\$ 250.000 e o incremento da geração de caixa operacional ao longo do exercício de 2024.

A captação da debênture foi um marco estratégico para a Companhia, permitindo o alongamento do perfil de endividamento e a substituição de vencimentos de curto prazo por passivos de longo prazo, fortalecendo sua estrutura financeira. Paralelamente, a recuperação operacional, com aumento da produção, vendas e geração de resultado operacional, possibilitou uma maior geração de caixa interna.

Adicionalmente, destaca-se que o ativo circulante da Companhia apresenta um prazo médio de recebimento entre 30 e 45 dias, enquanto o passivo circulante reflete as obrigações financeiras de curto prazo, incluindo vencimentos de financiamentos dentro do período de 12 meses. A melhora no capital circulante líquido demonstra um equilíbrio financeiro mais favorável, garantindo maior previsibilidade e flexibilidade para a execução da estratégia da companhia em 2025.

Ao longo do exercício, a gestão da estrutura de capital manteve-se focada na redução da pressão de vencimentos de curto prazo, no fortalecimento da posição financeira e na otimização do perfil de liquidez, de modo a garantir maior previsibilidade e estabilidade financeira no suporte às operações da companhia.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)



As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 17 de março de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar tais demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Mudança de práticas contábeis

Uma série de novas normas contábeis entraram em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, as quais estão descritas abaixo:

Passivos não circulantes com cláusulas restritivas – Alterações ao CPC 26;

Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26;

Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06;

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03 e CPC 40.

A Companhia avaliou as novas normas em vigor e considerou as mesmas durante a preparação das demonstrações contábeis, não havendo impactos contábeis.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos na aplicação de políticas contábeis, bem como sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 9 – mensuração da perda de crédito esperada para contas a receber de clientes;

Nota explicativa 12 – vidas úteis e valor residual do ativo imobilizado

Nota explicativa 13 – direitos de uso

Nota explicativa 22 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Nota explicativa 24 – reconhecimento e mensuração de provisões para litígios: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos; e

Nota explicativa 25 – determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

6. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

7. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

7.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

7.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de calcário, cimento e concreto no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são totalmente classificadas no ativo circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou imparidade).

7.3 Instrumentos financeiros

**I. Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**II. Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria

**Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros**

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

III. Desreconhecimento

**Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

**Passivos financeiros**

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado

são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

IV. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

V. Instrumentos financeiros derivativos

A companhia possui contratos indexados em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumentos financeiros para proteção cambial.

7.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal).

7.5 Imobilizado

I. Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos e jazidas minerais na data de transição para adoção dos CPCs/IFRS. O custo histórico inclui os custos com financiamento relacionados com a construção de edificações, custos com obtenção de autorizações de operação junto aos órgãos ambientais e gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina.

Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

II. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

III. Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A amortização da jazida e do custo com o seu decapeamento são feitas em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis econômicas, que é estimada, para os dois exercícios apresentados, como segue:

Edificações	40 anos
Jazidas minerais	44 anos
Outros	5-10 anos
Máquinas e equipamentos	18 a 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

7.6 Intangível

Compreende custos incorridos para adquirir e preparar os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

7.7 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço.

7.8 Provisões para perdas por impairment em ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos e mensurados de acordo com as normas contábeis aplicáveis. A classificação e a mensuração desses ativos seguem critérios estabelecidos com base no modelo de negócios da Companhia e nas características dos fluxos de caixa contratualmente definidos.

Os ativos financeiros são classificados na categoria de "Mensurados ao custo amortizado" que incluem instrumentos financeiros cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais, sendo esses fluxos unicamente pagamentos de principal e juros.

A mensuração inicial dos ativos financeiros ocorre pelo valor justo, acrescido dos custos de transação, quando aplicável. A mensuração subsequente segue a classificação apropriada ao instrumento.

Perdas por Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

A Companhia avalia periodicamente a necessidade de reconhecimento de perdas esperadas em ativos financeiros, utilizando modelos baseados na experiência histórica e em fatores prospectivos, em conformidade com as normas vigentes. Essa análise considera a probabilidade de inadimplência e as condições econômicas que possam impactar a capacidade de pagamento dos devedores.

Exposição ao Risco e Gestão de Riscos

Os principais riscos associados aos ativos financeiros incluem:

Risco de crédito: monitorado através de análises de solvência dos clientes e contrapartes.

Risco de mercado: relacionado à variação de taxas de juros e oscilações cambiais.

Risco de liquidez: gerenciado por meio de controles rigorosos de fluxo de caixa e diversificação de investimentos.

7.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificados como passivo circulante pois o pagamento é devido no período de até um ano. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

7.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço patrimonial.

7.11 Capital social

É representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido.

7.12 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

a) Venda de produtos

O reconhecimento da receita baseia-se na venda de produto, cimento e calcário. As vendas são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido para os clientes, o que acontece substancialmente quando os produtos são disponibilizados ao transportador, haja vista que as vendas são substancialmente FOB (Free on Board).

b) Prestação de serviços

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando na prestação de serviço ao cliente.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

7.13 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual refilita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

7.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na

extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

7.15 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

7.16 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

**IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de sobras ou perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários em conta-corrente	665	164
Aplicações financeiras	286.807	53.347
	287.472	53.511

As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras brasileiras de primeira linha em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação entre 80% a 101,5% em 31 de dezembro de 2024 (80% a 101,5% em 31 de dezembro de 2023), e do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate antecipado.

	2024	2023
Contas a receber de clientes terceiros	39.480	33.776
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 23)	7.194	49.306
Provisão para perdas esperadas por redução ao valor recuperável	(2.645)	(2.056)
	44.029	81.026

A Companhia é cedente dos direitos creditórios mediante contrato de financiamento da parte relacionada, Supremo Cimento S.A. contraído junto ao Banco Itaú S.A, cujo montante das garantias em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 12.000 (R\$ 20.000 em 31 de dezembro de 2023).

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2024	2023
A vencer	44.029	81.026
Vencidos até 90 dias	1.116	809
Vencidos até 180 dias	46	141
Vencidos acima de 180 dias	1.483	1.106
Provisão para perdas esperadas por redução ao valor recuperável	(2.645)	(2.056)
	44.029	81.026

A provisão para perda esperada por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A imparidade é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	(2.056)	(1.776)
Constituições	(710)	(489)
Reversões	121	209
	(2.645)	(2.056)

10 Estoques		
	2024	2023
Matéria-prima e outros materiais	47.874	83.259
Produtos acabados	8.797	7.219
Provisão para perdas de estoque	(4.808)	(3.426)
	51.863	87.052

A Administração avalia de forma constante os estoques da Companhia quanto a eventuais perdas por obsolescência, desvalorização, bem como quaisquer outras circunstâncias e condições que possam ocasionar perdas nos valores contábeis registrados. Em 31 de dezembro de 2024 a Administração identificou a necessidade de constituir provisão para perdas de estoque de R\$ 4.808 (R\$ 3.426 em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Saldo inicial	(3.426)	(1.434)
Constituições	(1.382)	(1.992)
	(4.808)	(3.426)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou uma redução na conta de matéria-prima, essa variação foi decorrente ao consumo do insumo coque.

11 Impostos a recuperar		
	2024	2023
ICMS (a)	13.267	8.983
Imposto de renda retido na fonte	1.207	1.441

IPI	2.029	2.062
PIS/COFINS sobre aquisição de ativo permanente (a)	34.790	38.264
Outros	-	6
	51.293	50.756
	9.943	16.349
	41.350	34.407

(-) Circulante

a) Em função das aquisições de imobilizado para a construção da fábrica a Companhia acumulou o ICMS, PIS/COFINS sobre essas aquisições que está compensando com o início da operação que ocorreu em Abril de 2015.

	Terrenos	Jazida Minerais	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Transporte	Veiculos	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
<b>Custo</b>									
Em 1º de janeiro de 2023	36.070	199.944	360.656	680.838	19.258	142	11.275	26.105	1.334.288
Adições	-	-	327	4.879	10.523	222	2.248	43.805	62.004
Baixas	-	-	(140)	(2.688)	-	-	(96)	(1.492)	(4.416)
Transferência	-	-	807	5.050	-	-	73	(5.930)	-
Em 31 de dezembro de 2023	36.070	199.944	361.650	688.079	29.781	364	13.500	62.488	1.391.876
Adições	170	-	1.533	4.083	30.707	-	397	62.071	98.961
Baixas	-	-	-	-	(5.278)	-	(3)	-	(5.281)
Transferência	-	-	15.595	70.376	1.273	-	(658)	(86.586)	-
Em 31 de dezembro de 2024	36.240	199.944	378.778	762.538	56.483	364	13.236	37.973	1.485.556
<b>Depreciação e exaustão acumulados</b>									
Em 1º de janeiro de 2023	-	(23.255)	(65.108)	(241.301)	(7.706)	(141)	(7.090)	-	(344.601)
Depreciação e exaustão	-	(4.628)	(10.044)	(41.586)	(1.415)	(17)	(1.402)	-	(59.092)
Baixa por alienação	-	-	152	2.333	-	-	97	-	2.582
Em 31 de dezembro de 2023	-	(27.883)	(75.000)	(280.554)	(9.121)	(158)	(8.395)	-	(401.111)
Depreciação e exaustão	-	(2.932)	(10.511)	(44.507)	(6.562)	(44)	(1.303)	-	(65.859)
Baixa por alienação	-	-	-	-	1.278	-	-	-	1.278
Em 31 de dezembro de 2024	-	(30.815)	(85.511)	(325.061)	(14.405)	(202)	(9.698)	-	(465.692)
<b>Valor contábil</b>									
Em 1º de janeiro de 2023	36.070	176.689	295.548	439.537	11.552	1	4.185	26.105	989.687
Em 31 de dezembro de 2023	36.070	172.061	286.650	407.525	20.660	206	5.105	62.488	990.765
Em 31 de dezembro de 2024	36.240	169.129	293.267	437.477	42.078	162	3.538	37.973	1.019.864

Em 31 de dezembro de 2024 havia um saldo aproximado de R\$ 13.000 em projetos em andamento (saldo orçamentário), sendo 80% destinados à sustentação da operação e 20% a projetos de desenvolvimento.

Dentre os projetos de sustentação, R\$ 5.000 estão orçados como Carry Over para 2025, enquanto o saldo restante está em análise pela equipe de projetos para possível encerramento.

Os principais investimentos nesta categoria incluem:

- Aquisição de sistema de refrigeração e purificação de água (fire up) – R\$ 700 (industrial);
- Manutenção do rolo do moinho de cimento – R\$ 600 (industrial);
- Regularização fundiária – R\$ 1.000 (mina).

Já nos projetos de desenvolvimento, destaca-se a regularização fundiária da Fazenda Ilha, com um investimento de R\$ 3.800 (mina), em Carry Over.

**Revisão das vidas úteis**

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 / IAS 16 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

<b>13 Direito de uso e Arrendamentos</b>						
<b>31/12/2024</b>						
<b>Imobilizado</b>	<b>Edificações</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Equipamentos de Transporte</b>	<b>Veiculos</b>	<b>Equipamentos Informática</b>	<b>Total</b>
Em 1º de janeiro de 2024	1.413	329	2.365	2.112	41	6.260
Adições	2.974	621	1.540	2.671	180	7.986
Baixas	(815)	(12)	(571)	(140)	(6)	(1.544)
Depreciação no período (*)	(453)	(485)	(2.556)	(2.549)	(125)	(6.168)
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>3.119</b>	<b>453</b>	<b>778</b>	<b>2.094</b>	<b>90</b>	<b>6.534</b>

<b>31/12/2023</b>						
<b>Imobilizado</b>	<b>Edificações</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Equipamentos de Transporte</b>	<b>Veiculos</b>	<b>Equipamentos Informática</b>	<b>Total</b>
Em 1º de janeiro de 2023	912	83	2.203	3.053	62	6.313
Adições	1.459	426	2.641	2.770	16	7.312
Baixas	-	(77)	-	(1.709)	(1)	(1.787)
Depreciação no período (*)	(958)	(103)	(2.479)	(2.002)	(32)	(5.574)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>1.413</b>	<b>329</b>	<b>2.365</b>	<b>2.112</b>	<b>41</b>	<b>6.260</b>

(\*) As vidas úteis definidas para depreciação são de aproximadamente 5 anos. O passivo de arrendamento foi reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos a uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo.

As taxas utilizadas para o cálculo foram conforme tempo do arrendamento:

<b>Tempo determinado de arrendamento</b>	<b>Percentual</b>
Até um ano	14,38 % a.a
De um ano a três anos	14,77 % a.a
De três anos a cinco anos	14,26 % a.a

<b>31/12/2024</b>	
Dívida reconhecida em 31 de dezembro de 2023	<b>7.073</b>
Pagamentos parcela	(8.321)
Adição	7.986



Juros	774	
Saldo 31 de dezembro de 2024 Curto Prazo	3.533	
Saldo 31 de dezembro de 2024 Longo Prazo	3.979	
	31/12/2023	
Dívida reconhecida em 31 de dezembro de 2022	6.908	
Pagamentos parcela	(10.105)	
Adição	9.371	
Juros	899	
Saldo 31 de dezembro de 2023 Curto Prazo	5.841	
Saldo 31 de dezembro de 2023 Longo Prazo	1.232	
Vencimento das parcelas 31/12/2024	Valores em R\$	Percentual
Um ano (2025)	3.533	47%
Dois anos (2026)	2.035	27%
Três anos (2027)	1.944	26%
	7.512	100%
14 Fornecedores	2024	2023
Fornecedores nacionais	38.611	43.062
Fornecedores de ativo fixo nacionais	5.084	5.123
Fornecedores de ativo fixo mercado externo	1.590	7.792
Fornecedores partes relacionadas (Nota explicativa 24)	348	26.114
	45.633	82.091

Os saldos a pagar são denominados em reais no caso de contas a pagar no mercado nacional e em dólares para as aquisições do mercado externo.

15 Empréstimos e financiamentos

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	600.459	328.201
Custos de captação recurso	-	(302)
Encargos	4.464	3.969
Total	604.923	331.868

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

Passivo									
Vencimento				Circulante		Não circulante		Total	
Modalidade	Moeda	Encargos anuais	Final	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Custo de captação recursos Encargos apropriados	R\$	CDI+1,35%	2024	-	20.050	-	10.025	-	30.075
				-	(288)	-	(14)	-	-302
				-	1.694	-	-	-	1.694
				-	21.456	-	10.011	-	31.467
Ativo Fixo Encargos apropriados	R\$	IPCA+8,41%	2029	16.957	13.035	58.139	54.311	75.096	67.346
				322	223	-	-	322	223
				17.279	13.258	58.139	54.311	75.418	67.569
				225.362	103.320	300.000	127.460	525.362	230.780
Capital de Giro Encargos apropriados	USD/EUR/ R\$	Libor +1,25%	2029	4.143	2.052	-	-	4.143	2.052
				229.505	105.372	300.000	127.460	529.505	232.832
				246.784	140.086	358.139	191.782	604.923	331.868

Em 16 de outubro de 2013, a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo-prazo com o *Eksportlaaneordningen* (ELO) da agência de crédito à exportação da Dinamarca (*EksportKreditFonden* ou EKF), "Financiamento EKF/ELO", tendo o principal no valor de R\$ 200.500, contrato liquidado em julho de 2024.

Em 13 de fevereiro de 2019, a Companhia firmou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) no valor de R\$ 95.000 tendo o desembolso ocorrido ao longo de 2020, no montante total de R\$ 91.242. Estes fundos foram utilizados para suportar o plano de investimentos, já concluído. Trata-se de um financiamento com prazo de amortização de 10 anos, com 3 anos de carência, que permitiu, na época, o alongamento do prazo médio da dívida da companhia. Este financiamento está garantido por uma Stand by Letter of Credit do BBVA, por sua vez garantida pela Secil. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2024 é de 54.310 (R\$ 67.345 em 2023).

Em maio de 2024, a Companhia firmou um contrato de empréstimo através da linha Finame para financiamento de bens móveis, no montante de R\$ 22.650 com prazo de 6 anos e amortizações mensais. O saldo em 31 de dezembro é de R\$ 20.786.

Capital de giro

No primeiro semestre de 2023 a Companhia contratou Empréstimo em reais no montante de R\$ 50.000 com vencimento bullet para 36 meses, com pagamento de juros trimestrais.

A Companhia possui emissão de debentures como parte de sua estratégia de captação de recursos para financiar suas atividades operacionais e projetos de expansão. As debentures emitidas são títulos de dívida que conferem aos seus titulares o direito de receber remuneração sob a forma de juros, amortização do principal e eventuais prêmios, conforme os termos especificados nos contratos de emissão.

As principais características das debentures em circulação em 2024 são as seguintes:

Quantidade emitida: 250.000

Valor nominal unitário: R\$ 1.000

Data emissão: 09/12/2024

Data vencimento: 13/12/2029

Remuneração: CDI + 2%

Forma de pagamento: vencimento bullet para 60 meses, com pagamento de juros semestral.

Durante o primeiro semestre de 2024 a Companhia contratou dois Empréstimos Externo sob a Lei nº4131 no montante de R\$ 53.700 e outro em R\$ 49.256 ambos com vencimento bullet para 12 meses e pagamento de juros trimestrais.

No mesmo ato, e em conformidade com essa Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina que os financiamentos sejam cobertos via instrumento de hedge perfeito, esses financiamentos foram integralmente cobertos via swap cambial e de taxa de juro do dólar (Libor) /euro (Euribor).

No final de cada mês, a Companhia atualiza o valor do empréstimo de USD/EUR para reais. Os contratos de swap são atualizados em função da taxa da marcação a mercado, registrando os seus valores justos (i) quando positivos, no ativo na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos" (ii) quando negativos, no passivo, na rubrica "Instrumentos financeiros passivos". Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo do instrumento derivativo de R\$ 37.982 foi classificado no ativo circulante (R\$ 11.421 no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023).

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 25.

O cronograma dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024 é demonstrado a seguir:

Vencimento das parcelas	Valores em R\$ 2024	Valores em R\$ 2023
Um ano (2025)	246.784	140.086
Dois anos (2026)	63.035	105.660
Três anos (2027)	13.035	63.035
Quatro anos (2028)	13.035	13.035
Maior ou igual a cinco anos (2028 e seguintes)	269.034	14.120
	604.923	331.868

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2024:

	Saldo inicial	Adições	Variação Cambial	Juros Incorridos	Amortização	Juros pagos	Saldo Final
Ativo Fixo	99.036	21.195	-	7.688	(43.432)	(9.673)	75.418
Capital Giro	232.832	352.905	56.232	22.874	(114.129)	(21.209)	529.505

	331.868	374.100	56.232	30.562	(157.561)	(30.882)	604.923
--	---------	---------	--------	--------	-----------	----------	---------

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2023:

	Saldo inicial	Adições	Variação Cambial	Juros Incorridos	Amortização	Juros pagos	Saldo Final
Ativo Fixo	139.940	-	-	12.209	(33.084)	(13.029)	99.036
Capital Giro	139.775	131.039	(7.746)	11.331	(32.267)	(9.300)	232.832
	272.715	131.039	(7.746)	23.540	(65.351)	(22.329)	331.868

16 Impostos a recolher	2024	2023
Paraná Competitivo (*)	190.214	212.522
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	5.164	5.617
Pis	264	32
Cofins	1.229	148
Imposto Sobre Serviços (Retenção ISSQN)	74	133
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	647	417
Outros (CFEM, CSRF, INSS, Outras obrigações tributárias)	2.057	1.404
	199.649	220.273
	29.962	38.704
	169.687	181.569

(\*) O saldo refere-se a ICMS a recolher relativo ao benefício fiscal do Paraná Competitivo que posterga o recolhimento do tributo para 96 meses, cuja postergação iniciou em agosto de 2015 e se encerrou em 2023.

17 Outras contas a pagar	2024	2023
Passivo circulante		
Outras contas a pagar (i)	4.663	5.907
Outras contas a pagar - partes relacionadas (Nota explicativa 24c)	5.682	27.965
Total passivo circulante	10.345	33.872
Passivo não circulante		
Provisão para compensação ambiental	54	50
Total passivo não circulante	54	50

(i) O saldo de outras contas a pagar no passivo circulante contém provisões de pagamentos de despesas operacionais tais como provisão de energia elétrica de R\$ 2.454 (R\$ 3.036 em 31 de dezembro de 2023), provisão de fretes sobre compras e sobre vendas de R\$ 563 (R\$ 817 em 31 de dezembro de 2023), provisão de aquisição de produtos ou serviços recebidos no mês cujas notas fiscais ainda não tinham sido recebidas de R\$ 1.642 (R\$ 1.989 em 31 de dezembro de 2023), portanto, não foram escrituradas até o encerramento do exercício.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 capital social subscrito e integralizado é de R\$ 421.419 e representado por 421.419 ações ordinárias e preferenciais nominativas em ambos os anos, todas emitidas ao valor nominal de R\$ 1,00 por ação as quais são todas de propriedade da Supremo Cimentos S.A.

18.2 Lucro líquido por ação

O lucro líquido básico por ações é calculado mediante divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações em circulação no final dos exercícios. Não há instrumentos de patrimônio que possam gerar a diluição do lucro por ação. Portanto, o lucro por ação básico é igual ao diluído.

	2024	2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	29.525	17.120
Média ponderada das ações em circulação no ano	421.419	421.419
Lucro básico por ações no final do exercício	0.07006	0.04062

18.3 Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nessa rubrica a contrapartida do custo atribuído do ativo imobilizado registrado quando da adoção do CPCs/IFRS. Sua realização se dá na proporção da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens do ativo imobilizado, que é registrada contra lucros acumulados.

18.4 Reserva de lucros

Nos termos do artigo 193 da Lei nº-6.404/76 a Companhia deverá constituir reserva legal à razão de 5% do lucro líquido do exercício, após compensações com prejuízos acumulados, e o saldo da reserva não deverá exceder a 20% do capital social. A Companhia constituiu Reserva Legal em 2024, no montante de R\$ 1.476 (R\$ 856 em 2023).

18.5 Distribuição de dividendos

O Estatuto Social prevê que, do lucro líquido apurado no exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados e constituição de reserva legal, será deliberada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas de 25%. Qualquer valor excedente mínimo obrigatório somente é provisionado quando for aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. Em 25 de maio de 2023 a Companhia deliberou, através de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos no montante de R\$ 41.432, os quais foram pagos em 21 de agosto de 2023.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constitui provisão do dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 7.343.

19 Receitas de vendas	2024	2023
Receita bruta de vendas	776.271	678.411
Coque	3.646	25.319
Cimento	630.508	599.191
Clinquer	51.407	45.913
Serviços de Concretagem (*)	89.761	6.792
Receitas diversas	949	1.196
Impostos incidentes sobre vendas e devoluções	(179.591)	(169.366)
	596.680	509.045

(\*) Em 2024 a Companhia realizou a transferência do segmento serviços de concretagem, essa operação está alinhada à estratégia da Companhia. A Companhia recebeu a transferência deste seu segmento da sua Controladora Supremo Cimentos S.A.

20 Despesas por natureza	2024	2023
Matéria-prima e materiais	(92.294)	(69.761)
Gastos com pessoal	(53.283)	(35.430)
Depreciação e exaustão	(65.859)	(59.092)
Depreciação direito de uso	(6.168)	(5.935)
Serviços profissionais de terceiros	(76.734)	(63.344)
Energia elétrica	(32.754)	(33.357)
Combustíveis e lubrificantes	(74.217)	(92.206)
Embalagens e armazenamento	(17.477)	(14.898)
Manutenção	(29.078)	(24.922)
Gastos Corporativos	(26.645)	(24.208)
Aluguéis	(4.853)	(3.100)
Seguro Patrimonial	(5.518)	(3.940)
Outras despesas e receitas operacionais	(6.175)	(5.081)
	(491.055)	(435.274)

Classificadas como:	2024	2023
Custo produtos vendidos	(395.701)	(353.276)
Despesas administrativas	(21.191)	(16.724)
Despesas comerciais	(73.486)	(64.842)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(590)	(279)
Outras despesas operacionais líquidas	(87)	(153)
	(491.055)	(435.274)

21 Receitas e despesas financeiras	2024	2023
Despesa de juros sobre empréstimos	(30.562)	(23.540)
Despesas de juros pagos a fornecedor	(152)	(29)
Variação a mercado de instrumentos financeiros (*)	-	(22.981)
Variação cambial líquida	(56.232)	-
Variação cambial operacional	(8.935)	(4.828)
Outras despesas financeiras (**)	(17.817)	(15.242)

	2024	2023
Despesas financeiras	(113.698)	(66.620)
Receita de aplicação financeira	5.540	4.505
Descontos obtidos	70	92
Variação cambial líquida	-	7.746
Variação a mercado de instrumentos financeiros (*)	41.800	-
Atualização de tributos a compensar	55	146
Outras receitas financeiras	5.376	6.370
Receitas financeiras	52.841	18.859
Despesas financeiras, líquidas	(60.857)	(47.761)

(\*) Valor referente ao resultado apurado pelas transações de instrumentos financeiros derivativos, conforme detalhado na nota explicativa 25.

(\*\*) Valor referente à atualização do Programa Paraná Competitivo.

22 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
Ativo		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	126.096	127.211
	126.096	127.211
Passivo		
Custo atribuído do ativo imobilizado	(59.427)	(60.108)
Diferenças temporárias sobre apuração (diferença entre depreciação fiscal e vida útil)	(99.427)	(87.196)
	(158.854)	(147.304)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	(32.758)	(20.093)

Baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suportado por estudos técnicos preparados pela administração, foram constituídos créditos tributários diferidos ativos sobre saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, a recuperação desse imposto diferido iniciou-se em 2021, cuja expectativa realização integral deverá acontecer até em 2032.

b) Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	44.768	26.010
Alíquota nominal	34%	34%
Encargo fiscal pela alíquota nominal	(15.221)	(8.843)
Diferença Depreciação Fiscal vs Vida Útil	11.346	11.704
Ajuste Avaliação Patrimonial	680	647
Variação Cambial	54	(2.550)
Outras Adições/Exclusões	531	(958)
	12.643	8.843
	(2.578)	-

Imposto de renda e contribuição social (correntes)

Imposto de renda e contribuição social diferido em 31 de dezembro de2023	(20.093)	(11.203)
Diferença Depreciação Fiscal vs Vida Útil	(11.346)	(11.704)
Ajuste Avaliação Patrimonial	(680)	(647)
Variação Cambial	(54)	2.550
Outras Adições/Exclusões	(531)	958
Despesas, doações e multas indedutíveis	(54)	(47)
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	(12.665)	(8.890)
Diferido Final	(32.758)	(20.093)

23 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a) Venda de produtos

	2024	2023
Vendas de produtos (receitas líquidas)		
Supremo Cimentos S.A.	44.799	57.825

As vendas são realizadas com base na tabela de vendas vigente na data da transação com prazo médio de recebimento de 28 dias. Estas transações são realizadas sob termos e condições negociados entre as partes, o que poderiam ser diferentes se realizados junto a terceiros.

b) Compra de produtos

	2024	2023
Compras de produtos (líquidos impostos)		
Grupo SECIL	80.230	74.614
Supremo Cimentos S.A.	7.249	1.676
	87.479	76.290

c) Saldos do fim do exercício

	2024	2023
Contas a receber (i)	-	20
Grupo SECIL	7.194	49.286
Supremo Cimentos S.A.	7.194	49.306
Contas a pagar (i)	97	-
Supremo Cimentos S.A.	251	26.114
Grupo SECIL	348	26.114
Outras a pagar	5.682	27.965
Supremo Cimentos S.A.	5.682	27.965

(i)A Companhia realiza compras e vendas de matérias primas e produtos acabados das partes relacionadas.

24 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais questões tributárias, aspectos cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos decorrentes do curso normal de seus negócios.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisões nos montantes apresentados abaixo, que são consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis com ações em curso. O resumo das provisões para contingências está apresentado a seguir:

	2024	2023
Cíveis	7.666	7.595
Tributária	5.353	5.353
Trabalhista	3.353	2.154
	16.372	15.102

Movimentações da provisão

	Cíveis	Tributária	Trabalhista	Total
Saldo em 01/01/2024	7.595	5.353	2.154	15.102
Constituição Provisão	169	-	2.074	2.243
Reversão Provisão	(96)	-	(877)	(973)
Saldo em 31/12/2024	7.668	5.353	3.351	16.372
Saldo em 01/01/2023	7.595	4.467	640	12.702
Constituição Provisão	-	886	3.161	4.047
Reversão Provisão	-	-	(1.647)	(1.647)
Saldo em 31/12/2023	7.595	5.353	2.154	15.102

· **Contingências cíveis** - as principais ações estão relacionadas a reclamações sobre danos materiais e/ou morais e processos relacionados a contratos com prestadoras de serviços contratados para construção da nova fábrica em Adrianópolis Além das causas acima mencionadas, a Companhia também é ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos, as quais totalizam R\$ 41 (R\$ 256 em 2023). Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras.

· **Contingências trabalhistas** - estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia relativo a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos. Além das causas acima mencionadas, a Companhia também é ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores

jurídicos, as quais totalizam R\$ 982 (R\$ 2.072 em 2023). Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras.

Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras. A posição das contingências possíveis pode ser assim apresentada:

	2024	2023
Cíveis	217	256
Tributária	8.282	5.426
Trabalhista	349	2.072
	8.848	7.754

25 Instrumentos financeiros

25.1 Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		2024				2023
	Nota	Valor justo - instrumentos de hedge	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Saldo contábil/ valor justo
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo:						
<i>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	287.472	-	287.472	53.511
Contratos de câmbio a termo utilizados para hedge	25	37.982	-	-	37.982	-
Contas a receber de clientes	9	-	44.029	-	44.029	81.026
		37.982	331.501	-	364.483	134.537

Passivos financeiros:

Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Contratos de câmbio a termo utilizados para hedge		-	-	-	-	11.421
Fornecedores	14	-	-	45.633	45.633	82.091
Arrendamento mercantil	13	-	-	7.512	7.512	7.073
Outras contas a pagar	17	-	-	10.399	10.399	33.922
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	604.923	604.923	331.868
		-	-	668.467	668.467	454.954

		2024				2023
	Nota	Valor justo - instrumentos de hedge	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Saldo contábil/ valor justo
Ativos financeiros mensurados ao valor justo:						
<i>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</i>						
Contratos de câmbio a termo utilizados para hedge						
	25	37.982	-	-	37.982	-

2024								
Banco	Objeto	Moeda	Notional BRL	Valor em moeda estrangeira	Valor Justo	Ganho (Perda)	Pagamentos	Recebimentos
Capital Giro	Empréstimos	USD	(129.555)	(26.000)	28.378	27.707	(9.522)	
Capital Giro	Empréstimos	EUR	(53.700)	(10.000)	9.604	9.545	(2.570)	
Capital Giro (*)	Empréstimos	EUR	(104.967)	(19.256)	-	4.548	(3.009)	5.627
			(288.222)	(45.256)	37.982	41.800	(14.111)	5.627

(\*) Contratos liquidados em durante 2024, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2024.

2023								
Banco	Objeto Proteção	Moeda	Notional BRL	Valor em moeda estrangeira	Valor Justo	Ganho (Perda)	Pagamentos	Recebimentos
Capital Giro	Empréstimos	USD	(90.136)	(16.000)	(8.851)	(13.768)	(9.669)	-
Capital Giro (*)	Empréstimos	EUR	(31.572)	(6.000)	-	(534)	(534)	-
Capital Giro	Empréstimos	EUR	(104.967)	(19.256)	(2.570)	(8.679)	(6.085)	-
			(264.246)	(49.000)	(11.421)	(22.981)	(16.288)	-

(\*) Contratos liquidados em durante 2024, portanto, sem valor justo em 31 de dezembro de 2023.

Mensuração do valor justo

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa 6.

Tipo	Técnica de avaliação
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.

25.2 Gerenciamento de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles e para monitorar riscos e aderência aos limites. Essas políticas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, o gerenciamento de capital e a exposição a cada um dos riscos supramencionados. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras da Companhia.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de aplicações financeiras.

(i) Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações de renda fixa. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Não se espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(ii) Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. A administração da Companhia gerencia o risco de crédito através de análises da razoabilidade dos limites de créditos atribuídos aos seus clientes, o que leva em conta a análise da situação econômico e financeira dos mesmos e o histórico de inadimplência.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades de cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, sem causar perdas inaceitáveis ou riscos de prejuízo à reputação da Companhia.

A administração da Companhia gerencia o risco de liquidez através de monitoramento do fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, buscando quando necessário, alternativas para obtenção de recursos financeiros junto aos acionistas ou através de recursos de terceiros. A fim de equacionar a situação de capital circulante líquido negativo, a administração vem negociando o alongamento do perfil da dívida junto a instituições financeiras.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros.

	Até um ano	Entre um e dois anos	De dois anos em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	45.633	-	-	45.633

Esta página faz parte

da edição 100% digital

produzida pelo jornal

Tribuna do Paraná



Empréstimos e financiamentos	246.784	76.070	282.069	604.923
Passivos de arrendamento	3.533	3.979	-	7.512
Outras contas a pagar	10.345	54	-	10.399
	306.295	80.103	282.069	668.467
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	82.091	-	-	82.091
Empréstimos e financiamentos	140.086	168.695	27.155	331.868
Passivos de arrendamento	5.841	1.232	-	7.073
Outras contas a pagar	33.872	50	-	33.922
	261.890	169.977	27.155	454.954

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, influenciem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar e controlar as exposições desses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

(i) **Risco cambial**

A Companhia está sujeita ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais compras e empréstimos são denominados, e a respectiva moeda funcional.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela administração.

Um resumo da exposição ao risco cambial da Companhia, está apresentado abaixo:

	2024	
	R\$	EUR
Passivos		
Instrumentos financeiros derivativos	9.603	1.492
Empréstimos e Financiamentos	(64.363)	(10.000)
Exposição cambial líquida Passiva	(54.760)	(8.508)

	2024	
	R\$	U\$
Passivos		
Fornecedores	(1.603)	(258)
Instrumentos financeiros derivativos	28.379	4.582
Empréstimos e Financiamentos	(160.999)	(26.000)
Exposição cambial líquida Passiva	(134.223)	(21.675)

	2023	
	R\$	EUR
Passivos		
Instrumentos financeiros derivativos	(2.570)	(480)
Empréstimos e Financiamentos	(103.320)	(19.306)
Exposição cambial líquida Passiva	(105.890)	(19.786)

	2023	
	R\$	U\$
Passivos		
Fornecedores	(7.792)	(1.609)
Instrumentos financeiros derivativos	(8.851)	(1.828)
Empréstimos e Financiamentos	(77.460)	(15.999)
Exposição cambial líquida Passiva	(94.103)	(19.436)

(ii) **Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia está exposta principalmente à variação cambial do Dólar norte-americano e Euro. A tabela a seguir detalha a sensibilidade da companhia ao aumento e à redução ou aumento de 25% ou 50% no Real em relação a essa moeda estrangeira.

Notional Ativo / Passivo		Cenários						
BRL	ME	Posição em 31/12/2024	Referência (*)	Prová.vel	25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos a taxas de juros pós-fixadas Swap de taxa de juros								
Empréstimos em moeda estrangeira								
US\$ para R\$	(129.555)	26.000	(156.190)	USD 6,0000	(179.629)	(224.536)	(269.443)	(134.721)
EUR para R\$	(53.700)	10.000	(65.047)	EUR 6,2364	(63.027)	(78.784)	(94.540)	(47.270)
Moeda para R\$	183.255	N/A	183.255	CDI 14,65%	179.095	223.869	268.643	134.321

Exposição líquida		37.982		(63.560)	(79.451)	(95.341)	(47.670)	(30.586)
Notional Ativo / Passivo		Cenários						
BRL	ME	Posição em 31/12/2023	Referência (*)	Provável	25%	50%	-25%	-50%

Empréstimos a taxas de juros pós-fixadas Swap de taxa de juros								
Empréstimos em moeda estrangeira								
US\$ para R\$	(90.136)	16.000	(98.987)	USD 4,8400	(98.987)	(123.733)	(148.480)	(74.240)
EUR para R\$	(104.967)	19.256	(107.537)	EUR 5,3500	(107.537)	(134.421)	(161.305)	(80.652)
Moeda para R\$	195.103	N/A	195.103	CDI 13,03%				

Exposição líquida		(11.421)		(8.875)	(11.094)	(13.312)	(6.656)	(4.437)
-------------------	--	----------	--	---------	----------	----------	---------	---------

(\*) O cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar americano e a taxa de juros CDI do Banco Central do Brasil (baseado na taxa SELIC) na data-base de 31/12/2024 e 31/12/2023. Os demais riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

(iii) **Risco de taxa de juros**

A Companhia está exposta à taxas de juros variáveis. A administração monitora periodicamente o desempenho das taxas de juros a fim de tomar decisões visando proteger o seu fluxo de caixa. A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando proteger-se contra oscilações nas taxas de juros.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia, remunerados por juros com taxas variáveis, era composto por:

	2024		2023	
Valor Contábil				
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras (CDI)		286.807		53.347
Passivos financeiros				
Empréstimos Longo prazo (CDI)		(300.000)		(139.151)
Empréstimos e financiamentos curto prazo (CDI)		(225.362)		(103.320)

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez atrelada à variação de 80% a 100% do CDI (Certificado de Depósitos Interbancários).

(iv) **Análise de sensibilidade**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da companhia, atreladas ao CDI e IPCA.

**Análise de sensibilidade de taxa de juros**

A seguir, apresentamos a análise de sensibilidade aos riscos relacionados às taxas de juros. A Companhia considerou dois cenários distintos para avaliar o impacto das variações dessas taxas: o Cenário 1 prevê um horizonte de elevação das taxas de juros, e o Cenário 2 projeta um horizonte de redução. Para realização do cálculo, foram consideradas como referências as taxas de fechamento em 31 de dezembro de 2024, com base em um modelo de dispersão, que considera não apenas as variações históricas das taxas de juros, mas também projeções detalhadas da administração.

Essa abordagem permite uma avaliação abrangente e precisa dos potenciais impactos econômicos decorrentes de oscilações nas taxas de juros.

Juros	Taxas de juros	Cenário I	Cenário II
CDI	12,15%	14,65%	9,65”%
IPCA	4,83%	5,60%	4,27%

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I	Cenário II
Financiamentos e empréstimos	CDI	525.362	602.327	576.059
Financiamentos e empréstimos	IPCA	75.418	79.641	78.638

**25.3 Gestão de capital**

A política da administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do acionista, credores, mercado e garantir a continuidade do desenvolvimento futuro do negócio. Adota-se como prática, uma posição de capital equilibrada e segura, mantendo níveis de empréstimos necessários com posições de aplicação que combinem retorno satisfatório e baixo risco. A administração monitora a gestão de capital através de análises de índices de alavancagem financeira, e quando necessário, realiza negociações com instituições financeiras para promover o alongamento do perfil da dívida e junto aos acionistas para obter incrementos de capital social.

Na gestão de capital passamos a apresentar os saldos de empréstimos (Nota 14) e total dos arrendamentos mercantis (Nota 15), sem o acréscimo de juros:

	2024		2023	
Total dos empréstimos (Nota 15)		600.459		328.201
Total dos arrendamentos mercantis (Nota 16)		7.512		7.073
Total instrumentos derivativos (Nota 26)		(37.982)		11.421
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)		(287.472)		(53.511)
Dívida líquida		282.517		293.184
Total do patrimônio líquido		582.729		560.549
Total do capital		865.246		853.733

Índice de alavancagem financeira - %

33

34

**26 Segmentos operacionais**

A Companhia possui duas divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

Segmentos Reportáveis	Operações	
Cimento	Fabricação e comercialização de cimento	
Concreto	Prestação de serviços de concreto usinado	

		Cimento		Concreto		Total	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023

Receita líquida de vendas	19	511.988	502.624	84.691	6.422	596.680	509.045
Custo das vendas	20	(327.612)	(348.903)	(68.089)	(4.373)	(395.701)	(353.276)

Lucro bruto		184.376	153.721	16.603	2.048	200.978	155.769
-------------	--	---------	---------	--------	-------	---------	---------

Despesas administrativas	20	(17.964)	(15.076)	(3.227)	(1.649)	(21.191)	(16.724)
Despesas comerciais	20	(72.310)	(64.850)	(1.175)	8	(73.486)	(64.842)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(499)	(270)	(91)	(9)	(590)	(279)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	20	(485)	(153)	398	-	(87)	(153)

Lucro operacional		93.118	73.373	12.507	398	105.624	73.771
-------------------	--	--------	--------	--------	-----	---------	--------

Despesas financeiras	21	(113.620)	(66.616)	(78)	(4)	(113.698)	(66.620)
Receitas financeiras	21	52.180	18.859	661	0	52.841	18.859

Despesas financeiras, líquidas	21	(61.440)	(47.757)	583	(4)	(60.857)	(47.761)
--------------------------------	----	----------	----------	-----	-----	----------	----------

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		31.678	25.616	13.091	394	44.768	26.010
----------------------------------------------------------	--	--------	--------	--------	-----	--------	--------

Imposto de renda e contribuição social (corrente)	22.b	(1.824)	-	(754)	-	(2.578)	-
Imposto de renda e contribuição social	22.b	(8.962)	(8.709)	(3.703)	(181)	(12.665)	(8.890)
Lucro do período		22.716	16.904	7.843	260	29.525	17.120

**27 Transações que não afetaram a caixa**

Durante o período de 2024, a Companhia realizou as seguintes transações que não afetaram o caixa, mas que tiveram impacto relevante para a compreensão da posição financeira e do desempenho da Companhia:

**Aquisição de Ativos a Prazo:**

A Companhia adquiriu ativos imobilizados para melhorias no seu parte fabril, e equipamentos de transportes (caminhões betoneiras) no valor de R\$ 6.674 (seis milhões e seiscentos setenta e quatro mil reais) em 2024, com pagamento a ser realizado em 45 dias. Esta transação não gerou impacto na caixa no período, mas será refletida nas futuras saídas de caixa conforme os pagamentos efetuados.

**Financiamentos ativos fixo:**

A Companhia firmou contratos de financiamentos no montante R\$ 21.195 (vinte e um milhões e cento e noventa cinco mil reais) em 2024, os quais não tiveram movimentação em caixa, para aquisição de equipamentos de transportes (caminhões betoneiras) para o segmento concreto.

**Arrendamentos mercantis**

A Companhia firmou novos contratos de arrendamento, gerando uma adição de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento novalor de R\$ 7.986 em 2024, esta transação não gerou impacto na caixa no período, mas será refletida nas futuras saídas de caixa conforme os pagamentos efetuados.

**28 Cobertura de seguros**

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Otmar Hübscher Presidente	Carlos Manuel Guimarães Correia de Barros Conselheiro
Gian Lorenz Raffainer Conselheiro	
DIRETORIA	
Paulo de Andrade Nascentes da Silva Diretor Presidente	Carlos Henrique de Souza Diretor Financeiro
Rodrigo Oliveira de Brito Diretor Comercial	Fabio Krzyzanowski Diretor de Operações
Contador	
Suzan Fernanda Humm Brehmer CRC SC 42221/O-2	

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes estão a disposição dos acionistas, de forma integral, na sede da Companhia.

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas refere-se as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas integral e não as Demonstrações Financeiras Condensadas.





PRO-ONCO - CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO S.A.

CNPJ: 73.863.342/0001-09

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)				
	31/12/2024	31/12/2023		
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	4.299	2.111	Fornecedores	4.894
Contas a receber de clientes	6.363	5.068	Obrigações sociais	173
Estoque	206	302	Obrigações tributárias	1.525
Impostos a recuperar	3.202	2.145	Dividendos a pagar	393
Outros ativos	1.668	1.523	Outros Passivos Circulante	63
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>15.739</b>	<b>11.149</b>	Passivos Arrendados	510
<b>NAO CIRCULANTE</b>			Partes Relacionadas	26
Impostos diferidos	702	374	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>7.584</b>
Imobilizado	667	739	<b>NAO CIRCULANTE</b>	
Intangível	200	226	Obrigações tributárias	76
Direito de Uso de Ativos Arrendados	2.374	2.703	Débitos com partes relacionadas	2.249
Partes Relacionadas	168	26	Passivos arrendados	2.251
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>4.112</b>	<b>4.068</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>4.576</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>19.851</b>	<b>15.217</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
			Capital Social	6.139
			Reserva de lucros	1.243
			Reserva de capital	1
			Reserva legal	307
			<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>7.691</b>
			<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>19.851</b>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)					
	Capital Social Subscrito	Reserva de capital	Reservas de Lucros	Resultado do exercício	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de lucros	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>6.139</b>	<b>1</b>	<b>194</b>	<b>2.526</b>	<b>8.860</b>
Resultado do exercício	-	-	-	615	615
Distribuição de dividendos	-	-	-	(999)	(1.145)
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	438	(438)
Constituição reserva legal	-	-	31	(31)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>6.139</b>	<b>1</b>	<b>225</b>	<b>1.965</b>	<b>8.330</b>
Integralização de Capital	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	1.653	1.653
Constituição de reserva de lucro	-	-	-	(721)	(1.571)
Constituição reserva legal	-	-	82	(82)	(2.292)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>6.139</b>	<b>1</b>	<b>307</b>	<b>1.243</b>	<b>7.691</b>

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**  
PRO-ONCO - CENTRO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO S.A. ("Companhia") Sociedade localizada na cidade de Londrina, PR, que atua na área de Oncologia Clínica. A controladora final da Companhia é a Oncoclínicas do Brasil Serviços Médicos S.A. Esta última é representada pelo fundo Josephina Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Josephina") e o Josephina II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Josephina II").

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**  
**Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras individuais Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações. **2.1. Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos e utilize certas estimativas e premissas contábeis críticas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. A Administração da Companhia também aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OPCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na gestão do negócio. **Continuidade operacional.** A administração têm, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.2. Moeda funcional.** Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e também a moeda de apresentação pela Companhia. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com liquidez em até três meses contadas da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **2.4. Instrumentos financeiros. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros.** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros, que determina a classificação dos ativos em três categorias: i) mensurados a valor justo por meio de resultado, ii) mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e iii) mensurado ao custo amortizado. Estas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. **Ativo financeiro.** Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação.** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. **Reconhecimento**

e mensuração Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são registrados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos e passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos. **Compensação de instrumentos financeiros.** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **"Impairment" de ativos financeiros.** A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por "impairment" são reconhecidas somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por "impairment" é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5. Contas a receber de clientes.** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decorrer normal das atividades da Companhia, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise das perdas de crédito esperadas estimadas, usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos menos a glosa e a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment"), considerando o conceito de perdas esperadas. **2.6. Estoques.** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde aos valores os quais a Companhia estima receber em contrapartida pela transação de venda dos estoques. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição. **2.7. Imobilizado.** (i) Reconhecimento e mensuração. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Todos os gastos necessários para a imobilização são registrados como custo das imobilizações, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros, associados com os gastos, serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" no resultado. (ii) Depreciação. Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada é revisada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)			
	31/12/2024	31/12/2023	
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>30.167</b>	<b>19.553</b>	
Custo dos serviços prestados	(21.628)	(14.174)	
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>8.539</b>	<b>5.379</b>	
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Despesas administrativas	(5.813)	(4.467)	
Outras receitas (despesas) operacionais	(14)	150	
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>2.712</b>	<b>1.062</b>	
Receitas financeiras	152	284	
Despesas financeiras	(431)	(420)	
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(279)</b>	<b>(136)</b>	
<b>LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>2.432</b>	<b>926</b>	
Correntes	(1.107)	(336)	
Diferidos	328	25	
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.653</b>	<b>615</b>	
<b>DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)</b>			
	31/12/2024	31/12/2023	
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.653	615	
Outros resultados abrangentes	-	-	
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.653</b>	<b>615</b>	

LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.653	615
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.653</b>	<b>615</b>

e o ativo está disponível para utilização. A vida útil estimada é revisada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a vida útil está assim demonstrada: 10 anos (ou 10% a.a.) para "Máquinas e equipamentos", "Instalações Móveis e utensílios" e "benfeitorias em imóveis de terceiros", e 20 anos (ou 20% a.a.) para "Computadores e periféricos". **2.8. Ativos intangíveis.** Ativos intangíveis com vida útil definida. São reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Posteriormente, avaliados com vida útil definida, são contabilizados pelo seu valor de custo menos amortização acumulada. São amortizados com base no método linear, e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **2.9. Arrendamento mercantil.** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação. A Companhia mensura novamente passivo de arrendamento sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício. **2.10. Fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal, que se aproxima do valor justo na data da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos. **2.11. Imposto de renda e contribuição social. Tributos correntes.** A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Tributos diferidos.** Impostos diferidos passivos são os valores de imposto sobre a renda a pagar em períodos futuros, em relação às diferenças tributáveis temporárias. Impostos diferidos ativos são os valores recuperáveis em períodos futuros decorrentes de diferenças tributárias dedutíveis, ao diferimento de prejuízos fiscais não utilizados e ao diferimento de créditos fiscais não utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado ou reconhecidos na extensão em que seja identificado prováveis lucros tributados ou não para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma: Imposto de renda pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240; Contribuição social sobre o lucro líquido à alíquota de 9%. A administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com relação a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco. **2.12. Reconhecimento de receitas.** (i) Serviços. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia quando possa ser mensurada de forma confiável e com base na medição dos serviços prestados. A receita dos serviços médicos prestados é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é verificado conforme avaliação dos médicos em relação aos tratamentos médicos de cada paciente. A receita líquida é mensurada com base no valor nominal que se aproxima ao valor justo da contraprestação a ser recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios estabelecidos na norma para determinar que atua como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia administra e controla os produtos e serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2024	31/12/2023	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.653</b>	<b>615</b>	
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>			
Depreciação e amortização	642	837	
Provisões para perda de liquidação duvidosa e glosas	1.083	262	
Juros com arrendamento mercantil	229	(20)	
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	52	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(328)	(44)	
	<b>3.280</b>	<b>1.702</b>	

Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(2.378)	(1.969)
Estoques	96	83
Impostos a recuperar	(1.057)	280
Outros ativos	(289)	(471)
Fornecedores	1.920	1.799
Salários e encargos	41	46
Tributos a pagar	1.521	(224)
Outros passivos	55	(65)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>3.189</b>	<b>1.181</b>

<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(103)	(461)
Passivos arrendados	(550)	(399)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(652)</b>	<b>(860)</b>

<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(52)
Pagamento de arrendamento mercantil	(112)	-
Partes relacionadas	1.809	(156)
Pagamento de dividendos	(2.046)	(1.864)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(349)</b>	<b>(2.072)</b>

<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento com acionistas</b>		
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento com acionistas</b>	<b>(349)</b>	<b>(2.072)</b>

<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>2.111</b>	<b>3.863</b>

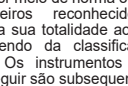
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>4.299</b>	<b>2.112</b>
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>2.188</b>	<b>(1.751)</b>

de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. (ii) Receitas financeiras. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de juros efetivo. **2.13. Distribuição de dividendos.** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.14. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente de transferir um recurso econômico como resultado de evento passado. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.15. Partes relacionadas.** As transações entre partes relacionadas são compostas por contas de mútuos a pagar com sociedades coligadas e adiantamentos para futuro aumento de capital em sociedades controladas.

**3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**  
As estimativas e os julgamentos contábeis são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. (a) Perdas de Crédito Esperadas e glosas. A Companhia utiliza a matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na nota explicativa nº 5. Créditos em disputa judicial com o cliente/operadora de saúde são provisionados em sua totalidade a partir do momento que há um processo judicial vinculado. Em caso de crédito contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica declarada concordatária, esses deverão ser provisionados integralmente pelo valor do crédito deduzido por eventuais garantias reais oferecidas pelo devedor. A caracterização da glosa efetiva ocorre no momento da autorização do faturamento pelo convênio. Uma vez identificada a glosa, esta é analisada e caso indevida, é protocolado um recurso junto a operadora de saúde para o recebimento do crédito. O prazo para recebimentos dos recursos varia de acordo com a operadora, mas inicia-se a partir do momento em que o recurso é protocolado. Devido à natureza da glosa, o critério para o provisionamento dessa, segue as regras definidas pela política interna da Companhia, que considera as perdas estimadas que são mensuradas considerando as perdas históricas. (b) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado e intangível. A Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado e intangível, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis.

**DIRETORIA**  
Raoni Samico Cavalcanti Porto Larena

**CONTADORA**  
Larissa Aparecida Guimarães Januário  
MG-117360/O-4



Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal Tribuna do Paraná